

Encontro articula defesa da livre iniciativa na Constituinte

Da Reportagem Local

A criação de um grupo de mobilização para atuar no dia-a-dia da economia nacional, a coleta de assinaturas para "defender a livre iniciativa" junto à Constituinte e uma vaga intenção de procurar o "entendimento com os trabalhadores" foram os resultados apresentados ontem ao final do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria de Fundição, Paulo Butori, 38, um dos quatro organizadores do movimento, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, zona norte de São Paulo. O encontro teve a participação de não mais de dois mil empresários, dois mil a menos que o esperado pelos organizadores.

A manifestação, encerrada por volta das 19h30 com os participantes cantando o Hino Nacional, foi basicamente centrada nos discursos dos principais líderes do PNBE. O mais aplaudido foi o proferido por Fábio Starace Fonseca, 36, diretor do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) de Osasco. Fonseca acusou o Estado de corrupto, pois "cria impostos e não os paga (veja o caso do fornecimento de gás para São Paulo), cria um gatilho salarial e não o paga. Alguém aqui duvida que a causa da alta dos juros e a intervenção diária do Estado no "overnight" sugando com volúpia a massa de recursos que de outra forma deveriam estar sendo carreados para nós empresários nos setores produtivos da economia?".

Bruno Nardini, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) também arrancou aplausos calorosos. "Não estamos aqui para defender apenas pequenos e imediatos



Nardini, Curi, Grajew e Butori, em primeiro plano, a partir da esquerda

interesses corporativos, mas para reafirmar nossa exigência de uma rearticulação da ordem econômica que valorize o trabalho, para que se possam fazer investimentos produtivos, o que não se faz sem que a autoridade pública seja confiável e sem a transparência e o debate público dos planos econômicos e das prioridades sociais", disse Nardini.

Nildo Masini, 47, vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e presidente do Sictel (Sindicato da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Não-Ferrosos no Estado de São Paulo), afirmou que a livre iniciativa "reconhece a necessidade da atuação do Estado" somente na área social —educação, saúde e habitação— e na

atividade de infra-estrutura como transporte e energia. "Ao Estado, na futura Constituição, não deve ser permitida maior intervenção no processo econômico. A nova Constituição não poderá desencorajar a iniciativa, esterilizar a criatividade, submeter a noção de risco e embotar o senso de oportunidade", sublinhou.

Críticas à participação do Estado na economia também foram feitas por Luiz Carlos Delben Leite, presidente da Abimaq, por manter uma estrutura "ineficiente, inchada e até hoje intocável", enquanto Paulo Butori, da Abifa, destacou a "instabilidade, a crise de confiança" pelas quais passa hoje o Brasil, além da "frustração de ver que o trabalho vale tão pouco".

Márcia Zoet

Movimento pretende mobilizar empresários

Da Reportagem Local

Mais que um "movimento político" para conter o "avanço do Estado na economia brasileira", o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) foi a resposta das "bases" à morosidade das decisões da cúpula empresarial do país, devendo-se entender a outros Estados.

"A crise econômica aconteceu tão rapidamente que se criou uma defasagem relativamente grande entre as bases e a cúpula. A insatisfação da base se acelerou e as lideranças tradicionais não tiveram tempo de se antecipar" aos fatos, admitiu Nildo Masini, 47, presidente do Sictel (Sindicato das Indústrias de Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos no Estado de São Paulo) e

vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Paulo Butori, 38, presidente da Abifa (Associação Brasileira da Indústria de Fundição), disse que o movimento criado pelo PNBE surgiu a partir da insatisfação das bases com a "falta de ação na hora adequada" demonstrada pela cúpula empresarial do país quando, por exemplo, o governo instituiu o Cruzado 2, em novembro do ano passado. "Toda essa movimentação deveria ter sido feita nessa época", declarou.

Aldo Lorenzetti, 48, presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica), preferiu ontem não subir ao palco junto com as lideranças do PNBE "para deixar

todas as atenções sobre as lideranças empresariais que estão surgindo. Acho que a hora de o empresário sair da modorra em que está", disse.

Essa movimentação política, no entanto, não chegou a agradar os empresários mais exaltados da plateia. Carlos Roberto Venturillo, 37, membro da recém-criada Associação Paulista dos Pequenos Empresários, entidade que segundo ele representa cerca de cem empresas, propôs, em altos brados, que seus colegas simplesmente fechassem suas contas nos bancos estaduais e no Banco do Brasil para protestar "contra o governo e a interferência do Estado na economia". A sugestão não chegou a ser levada a sério pelos organizadores do PNBE.

Empresários discutem os juros e a política

Da Reportagem Local

Entre os quase dois mil empresários que ontem participaram da primeira plenária do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, a maior parte era de industriais, já que a base do movimento foram as delegacias regionais do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Assim, se faltou uma representação mais significativa dos setores de serviços e do comércio, a indústria mostrou-se em suas mais variadas nuances.

No auditório, sentaram-se tanto Aldo Lorenzetti, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-

-Eletrônica, e Luís Américo Medeiros, do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo, como pequenos e médios empresários de cidades distantes, como Sertãozinho, 330 km a noroeste de São Paulo, e Laranjal Paulista, a 175 km. Também participaram comitivas de outros Estados, entre eles o Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Diferindo no porte, os empresários também mostraram diversidade na expectativa em relação ao movimento. Os pequenos e médios empresários, como Alberto Borges, de Sertãozinho, e Mauro Dalanese, de Laranjal Paulista, esperavam "alguma coisa

para resolver logo esse problema de juros".

Aspectos mais formais, principalmente o tamanho do Estado e a preservação da livre empresa independente, eram o objetivo de outro grupo de empresários. Pedro Guilger, 30, do setor de construções de redes elétricas, disse que foi ao Anhembi para mostrar sua posição contrária à crescente tendência estatizante do governo. E Eric Hanns, 67, do setor gráfico, disse que esperava "evitar que uma ideologia xenófoba e questionável vença na Constituinte o pragmatismo necessário para reger o crescimento e o desenvolvimento do país".

Empresários acham inviável novo choque na economia

Da Sucursal de Brasília

Há consenso do empresariado em torno de um ponto: no momento, um novo choque na economia, como o PFL sugeriu ontem de manhã ao ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, é totalmente inviável, devido ao total desalinhamento dos preços relativos. Os empresários admitem que alguma coisa precisa ser feita, com urgência, mas querem distância de um decisão de impacto, que signifique mais intervenção do Estado na economia.

"Essa proposta leva à estagnação" (estagnação com inflação), disse o ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luis Eulalio de Bueno Vidigal. Para Sérgio Quintella, da Iesa Internacional de Engenharia e vice-presidente

da Abdib (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base), um novo choque agora, "seria mais perturbador", pois, primeiramente, o governo tem que alinhar os preços dos produtos, além de reduzir o déficit fiscal. José Moacyr Seber, dirigente da Equipamentos Villares e vice-presidente da Abdib, entende que não há condição política para um novo congelamento, "já que falta credibilidade ao governo".

Mais moderado, o senador Albano Franco (PMDB/SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, até apóia um plano, "mas é muito complicado". Segundo ele, "a indústria aceita novos sacrifícios, mas tem que ser uma coisa muito bem feita, com um cronograma e obediência aos prazos".

Oradores criticam o governo

Da Reportagem Local

A ferrovia Norte-Sul encabeçou a lista de "nove projetos faraônicos" do governo federal levada ao plenário da reunião do Pensamento Nacional das Bases Econômicas por um grupo de quinze representantes de entidades empresariais do Rio de Janeiro. Segundo René Abi Jaoudi, presidente da Associação de Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa do Grande Rio, que coordenou o grupo, a suspensão de obras desse tipo "é o único e mais imediato meio de resolver o grave momento econômico do país. Mas o governo força gastos de US\$ 37 bilhões nessas obras, fazendo questão de esquecer que mais de 30% de toda a atividade econômica do país podem ficar inádimplentes", diz ele.

Para Cláudio Parreira Moreira, 30,

presidente da Associação de Jovens Empresários, criada há três anos em Porto Alegre por cerca de duzentos empresários, "é preciso lutar contra propostas demagógicas e populistas de alguns constituintes", que contrariam os princípios da livre iniciativa, entre eles a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho.

Luís Carlos Delben Leite, presidente do Sindicato Interestadual das Indústrias de Máquinas, disse que "esse segmento, que é o maior empregador no país, já está com demanda reduzida em 30% a 40% a partir de abril, em comparação com os meses anteriores". E Max Schrappe, da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas (Abigraf), disse que o setor enfrenta a "concorrência desleal das gráficas oficiais", que são isentas de impostos que oneram as empresas privadas.